

A COLETIVIDADE NA COMUNIDADE ME'CÜRANE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: EXPLORANDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO E VIOLAÇÕES DE DIREITOS DURANTE A CRISE SANITÁRIA

COLLECTIVENESS IN THE MECÜRANE COMMUNITY DURING THE COVID-19 PANDEMIC: EXPLORING COPING STRATEGIES AND RIGHTS VIOLATIONS DURING THE HEALTH CRISIS

Iury da Costa Felipe | Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Indígena do povo Magüta - Tikuna. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB. Assessor técnico do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), tradutor no projeto Estatuto de Criança e Adolescente (ECA) e pesquisador no projeto Justiça de Transição para Povos Indígenas no Brasil, pelo Instituto de Políticas Relacionais (IPR).

E-mail: iuryfelipe.unb15@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito do projeto "Rede de Articulação de Prevenção à Epidemia Covid-19: Narrativas, Estratégias e Técnicas de Prevenção entre os Povos Tradicionais e de Periferias Urbanas", vinculado ao Laboratório Matula, do Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília (UnB). Ele oferece uma reflexão sobre o conceito de "coletividade" dentro do povo Magüta e sobre a resposta da comunidade indígena Me'cürane à pandemia de covid-19. Nossa análise se concentra nos cuidados com a saúde e a vida no território diante das doenças, partindo das violações dos direitos à saúde e à educação indígena perpetradas pelo governo entre 2018 e 2021. Estas ações minaram os serviços de saúde e educação no território, levando a situações extremas.

Palavras-chave: povo indígena Magüta, covid-19, saúde indígena, violação de direitos indígenas.

Abstract

This article presents the results of a research carried out under the project "Network of Articulation for the Prevention of the Covid-19 Epidemic: Narratives, Strategies and Techniques of Prevention among Traditional Peoples and Urban Peripheries", linked to the Matula Laboratory, of the Department of Anthropology, of the University of Brasília (UnB). It offers a reflection on the concept of "collectivity" within the Magüta community and its response to the covid-19 pandemic in the Me'cürane indigenous community. Our analysis focuses on health care and life in the territory in the face of diseases, based on the violations of the rights to health and indigenous education perpetrated by the government between 2018-2021. These actions undermined health and education services in the territory, leading to extreme situations.

Keywords: Magüta indigenous people, covid-19, indigenous health, violation of indigenous rights.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa realizada no âmbito do projeto "Rede de Articulação de Prevenção à Epidemia Covid-19: Narrativas, Estratégias e Técnicas de Prevenção entre os Povos Tradicionais e de Periferias Urbanas", associado ao Laboratório Matula, do Departamento de Antropologia, da Universidade de Brasília (UnB). Na pesquisa, foram analisados dados e estudos relacionados ao tema, além de realizados períodos de pesquisa de campo nos meses de dezembro de 2020, 2021 e 2022 e janeiro de 2023. Em outras palavras, houve momentos nos quais observamos a vivência e experiência na comunidade indígena Me'cürane¹. Neste artigo, a narrativa transita entre a 1ª e a 3ª

¹ Me'cürane é o nome tradicional desta comunidade, derivado das características do pássaro Mutum, significando "caldas lindas". Os primeiros habitantes deram esse nome em homenagem ao primeiro cacique, que pertencia à família ou clã Mutum. Está localizada na Terra Indígena (TI) Betânia, às margens



pessoa, ou seja, ênfase em alguns momentos meu lugar como parte do povo Magüta e da comunidade Me'cürane.

O primeiro momento da pesquisa de campo, em 2020, resultou no artigo intitulado "A covid-19 entre os Magütagü da Amazônia". No estudo, eu trouxe duas situações: a primeira, a morte de um professor Magüta, que vivia em uma comunidade Magüta² (*Wotchiamäcü*) na cidade de Manaus e, a segunda situação, trato da maneira como uma comunidade na Terra Indígena Betânia, aldeia Me'cürane, vivenciou a covid-19, fazendo uma reflexão sobre a omissão do governo para com os povos indígenas, diante da pandemia.

Na segunda e terceira viagem de pesquisa de campo, em 2021 e 2022, fiz uma vivência na comunidade, observando como é a organização das lideranças e dos agentes indígenas de saúde, envolvendo também profissionais não indígenas, observando os cuidados, o movimento de coletividade, os incentivos à prevenção, sobre como nós nos cuidamos, as violações que vivenciamos e como os direitos educacionais e sanitários foram fragilizados. Em dezembro de 2021, especialmente observamos a situação da comunidade. Não era fácil lidar com a pandemia da covid-19, mas o espírito de coletividade foi o que possibilitou a sobrevivência da comunidade.

A formação da "coletividade" do povo indígena Magüta surge a partir de formação social mais antiga, no rito mais conhecido como o Ritual de Moça Nova (na língua tradicional chamam-no de *Worecü*), idealizada e pensada pelos quatro irmãos heróis culturais Yo'i, Ai'cüna, Ipi e Mowatcha, após a origem do povo Magüta. É um ritual que era e é chave potencial e que tem como objetivo formar e equilibrar o ser-físico e o ser-

do rio Içá, no município de Santo Antônio do Içá, Amazonas. Como filho e membro dessa comunidade, tenho conduzido pesquisas sobre meu próprio povo e comunidade, desde 2017.

² Os indígenas conhecidos como Tikuna se autodenominam Magüta, o que significa "conjunto de pessoas pescadas com vara". Magüta é derivado do verbo "magü", que significa "pescar com vara", e do indicativo de coletivo "ta". Eles constituem um povo com uma língua isolada, ou seja, sem parentesco linguístico com nenhum outro grupo indígena.

espiritual. Os anciãos ou antepassados sabiam que nosso mundo era e continua sendo um lugar de guerra ou disputa. Um exemplo é a guerra entre grupos clânicos, entre famílias, entre irmãos, entre tios e tias; e a guerra entre os seres de outro mundo, onde a relação entre ser-físico e o ser-espiritual tem que estar em equilíbrio. Cardoso de Oliveira (1970) descreve, baseado nos relatos de seus “informantes”, a existência de um processo de incorporação dos membros (derrotados) de um clã pela nação dos vencedores. Segundo o autor,

Trata-se do seguinte episódio da história Tukúna: em tempos pretéritos os clãs ngunü (mutum cavalo) e e'ne (periquito) lutaram entre si, sendo o segundo derrotado pelo primeiro. Os sobreviventes foram recolhidos pelo clã vencedor e neles integrados. Em consequência de sua derrota, os e'ne tiveram de substituir seus nomes pelos de seus vencedores, consumando, por assim dizer, e no plano simbólico, a total destruição do clã primitivo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1970, p. 59).

Existem guerras ou brigas internas devido à influência externa de não indígenas, mas também por natureza da própria comunidade e grupos de famílias. Pela minha experiência como membro da comunidade, sabemos que as interferências externas têm um grande impacto dentro da comunidade. Um exemplo disso foi a guerra pelo poder, inclusive entre irmãos e primos que houve em 2021, para assumir o cargo de cacique.

A própria história ou narrativa dos heróis culturais, dos criadores do mundo ou dos heróis narra que o mundo mais antigo começou com guerras e com relações incestuosas entre as famílias. O Ngutapa, pais dos heróis, por exemplo, veio com objetivo de “mudar” essa realidade. Assim vieram os filhos, para pensar e pescar o seu povo – os Magütagü -, criando as regras clânicas para matrimônios e uma organização social própria³.

³ Ver Capítulo I - Os Magütagü e suas histórias, em A origem e retomada de histórias dos Magüta, dissertação de mestrado, que destaca as narrativas e a organização social própria dos Magüta (FELIPE, 2021, p. 25). Mas para não nos alongarmos sobre as narrativas e as histórias do povo indígena Magütagü, quero aqui dizer aos leitores que esse tema terá continuação e uma descrição mais densa em minha tese de doutorado, no curso de Antropologia Social da Universidade de Brasília, a ser defendida em breve.

O propósito deste artigo é realizar uma reflexão e discussão sobre o conceito de coletividade dentro da comunidade Magüta e sua reação à pandemia de covid-19 na aldeia indígena Me'cürane. Em outras palavras, nossa análise se foca nos cuidados com a saúde e a preservação da vida no território diante das enfermidades, considerando as violações dos direitos à saúde e à educação indígena ocorridas durante o período de 2018 a 2021 pelo governo federal.

No segundo momento deste artigo, meu objetivo é analisar as violações de direitos contra os povos indígenas. Nessa análise, abordaremos brevemente as relações de violência contínuas. Para isso, trago reflexões minhas e de pesquisadores indígenas e não indígenas aliados em nossas lutas pela efetiva garantia dos direitos dos povos indígenas. Destaco o incansável trabalho de nosso grande amigo e pesquisador, Marcelo Zelic⁴ (presente!), que lutou para evitar a repetição de violências contra os povos indígenas.

Portanto, a coletividade que almejamos é a união de todos os povos e não indígenas em prol do bem maior, que é a nossa sobrevivência, a proteção da vida, da terra e do território, além de promover o ideal de sermos mais coletivos. Diante disso, vamos explorar como os indígenas da comunidade Me'cürane demonstraram essa coletividade durante a pandemia de covid-19. Essa união, apenas os indígenas Magüta compreendem plenamente como é ser e vivenciar essa coletividade.

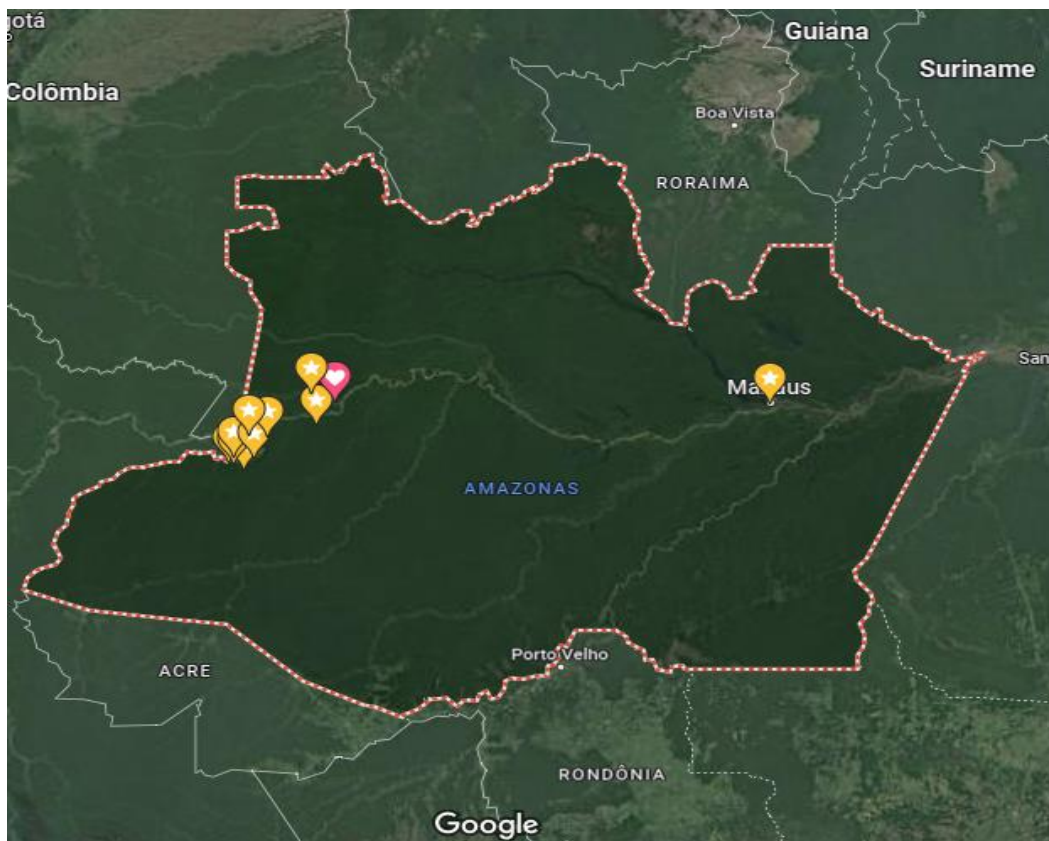
⁴ Trago aqui as análises de Marcelo Zelic e faço um interlúdio antes de adentrar no assunto. Quero, aqui, fazer uma homenagem ao grande mestre, parceiro de luta, que coordenava e coordena ainda através de nós pesquisadores indígenas, o Armazém Memória, sobretudo, a continuação da luta dos povos indígenas. Marcelo Zelic, falecido em 8 de maio de 2023, era e é meu professor, que me ensinou muitas coisas sobre o uso do acervo indígena, da importância das documentações, das memórias, de repassar conhecimento através das oficinas com os estudantes ou pesquisadores indígenas ou não. Lutou muito pela efetivação dos direitos indígenas e pela não repetição das violências contra os povos indígenas. Gratidão Marcelo Zelic, por tudo que fizestes por nós.



Povo Magütagü, comunidade Me'cürane e a pandemia de covid-19

Os Magütagü são um povo indígena que vive principalmente na região da Amazônia, conhecido na região do Solimões como povo Tikuna. Seu território está localizado na fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. Como muitos outros povos indígenas no mundo global, os Magüta foram afetados pela pandemia de covid-19. Antes de adentrarmos a discussão sobre a pandemia, queremos destacar brevemente sua história como “coletividade”, adquirida e transmitida pelos ancestrais ao longo do processo de formação social Magüta.

Figura 1: Estado do Amazonas e a localização de maior concentração dos Magütagü no Alto Solimões.



Fonte: Google Maps, 2023.

Os dados de 1984 estimavam o povo indígena Magüta aproximando-se de um total de 18.000 indígenas (PACHECO DE OLIVEIRA, 1988). Em 2021, o indígena Felipe afirmou que “estamos no alto, médio e baixo Solimões e rio Içá e somos o mais numeroso povo indígena da Amazônia Brasileira” (FELIPE, 2021, p. 9). No entanto, segundo o site Povos Indígenas no Brasil, dados mais recentes da população indígena Magütagü, do lado brasileiro, indicam que estão em torno de 53.544 pessoas⁵. Acrescento a esta informação que nos anos de 1930, o povo indígena Magütagü chegou a 2 mil pessoas. Éramos mais, no entanto, o contato e a invasão dos territórios pelos colonizadores fizeram com que quase fôssemos extintos, mas resistimos à pressão da sociedade invasora que chegou também com doenças contagiosas. Nesse processo todo, muitas linhagens e famílias foram extintas. A respeito dessa questão, Felipe (2021) fala das perdas de nações e vidas, devido às invasões dos colonizadores e missões religiosas:

Esse número decrescente é explicado pelos Magüta como a morte física de várias pessoas pertencentes aos clãs. Para nós, isso levanta o problema assustador de como todo um clã pode ter sido exterminado. Ao mesmo tempo, sabemos que ao longo do processo de invasão do território dos Magüta, muitos foram se perdendo nesse processo violento de exploração do meio ambiente e exploração de mão-de-obra escravizada dos Magüta, não somente por seringalistas, mas também pelas igrejas que buscavam “salvar almas” (FELIPE, 2021, p. 104).

Destaco aqui a resistência do meu povo indígena Magüta. Ou seja, até hoje, mesmo diante do processo de colonização e violência contínua, são mantidas as suas práticas, saberes, culturas e tradições, os quais são transmitidos de geração em geração por meio dos rituais, da oralidade, danças, cantos e artesanatos. E na atualidade os indígenas estão nas universidades aprimorando seus conhecimentos e buscando fortalecer os seus direitos. Ainda digo que esses saberes tradicionais são fundamentais

⁵ Ver Povos Indígenas no Brasil, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em 16/06/2024.



para a preservação da identidade e da história ou narrativa do povo Magüta, bem como para sua relação com meio ambiente e sua subsistência. Felipe afirma que:

As histórias orais contadas ou transmitida por anciões e anciãs, são vividas pelos Magüta, articulam novas experiências vividas, usadas, elaboradas. A todo momento essas histórias são vividas ou vivenciadas, as memórias e histórias são transmitidas também pelos pais, mães e outras pessoas nos lugares frequentados, nas festividades ou atividades (FELIPE, 2021, p. 40).

A comunidade Me'cürane é rica desses saberes e, não por acaso, mesmo que os conhecimentos estivessem “adormecidos”, a partir da pandemia do covid-19 foi “despertada” a coletividade. A crise humanitária global que vivemos fez a comunidade se voltar para si. Construimos trabalho em equipe por meio de ações conjuntas de mulheres e homens, levando o espírito de coletividade, buscando e contribuindo com saberes indígenas para produção de rituais de fumaça, inalação de vapor das ervas e preparos de chás de ervas. São esses saberes observados que estavam sendo desvalorizados tanto na escola quanto nos serviços de saúde e não é de agora. Os saberes e práticas tradicionais, a ciência tradicional Magütagü, ainda não têm o espaço que é garantido pela Constituição Federal de 1988.

Me'cürane é uma comunidade indígena localizada no rio Içá (Lago Caruaru), próximo ao município de Santo do Antônio do Içá, cidade esta localizada a 800 km da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Segundo Terras Indígenas no Brasil (2023), a comunidade Me'cürane está localizada na Terra Indígena Betânia, com aproximadamente 5.341 pessoas indígenas Magütagü vivendo no território, conforme dados de 2011 da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) do Alto Solimões⁶.

Sobre a coletividade, vivenciei desde a minha infância até os dias de hoje, algo além do que imaginei ou que a sociedade não indígena imaginava possível de ser comparada de povo para povo. Estou me referindo a este sentimento e vivência do povo indígena Magütagü da comunidade Me'cürane. As atividades culturais, como rituais, são

⁶ Ver Terras Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3618>. Acesso em 09/06/2023.

coletivas com esse objetivo próprio e particular de criar esse sentido de coletividade. As relações de parentesco, dinamizadas por meio dos rituais ou na vida cotidiana, são construídas e estão em constante construção, em suma, são dinâmicas.

Essas relações desenham a organização social, aproximam ou distanciam grupos de parentesco. A maior parte do fortalecimento de laços está no jogo de parentesco das interações entre as famílias materna e paterna, o que não quer dizer que não envolva outras famílias para um interesse em comum. Assim, famílias distantes se aproximam ou se distanciam em relações cotidianas ou rituais, e se cria, assim, a coletividade. Aqui vejo que o principal objetivo dessas interações é, de fato, a coletividade. Daremos a seguir três exemplos dessas situações.

O primeiro exemplo é a própria criação do povo Magütägü e, posteriormente, de uma organização social própria, ou seja, a divisão de grupos clânicos em duas metades: a primeira em famílias (nações) de plantas e a outra em nações de pássaros, formando-se dois grupos de grandes metades. Para que houvesse um “equilíbrio”, segundo os anciões e anciãs, deveriam acontecer trocas de bens culturais e de mulheres entre as nações.

O segundo exemplo é o Ritual de Moça Nova, como mencionamos no início, o qual era e é pensado como prática do formar ou construir Magüta para que haja equilíbrio entre o ser-físico e o ser-espiritual. O ritual é pensado pela família da moça, a partir do momento da sua primeira menstruação. Entende-se que esse é o momento certo para preparar o ritual de reclusão da moça nova. Durante a reclusão, a menina é formada pelas mulheres anciãs, que passam parte dos saberes e conhecimentos de suas antepassadas, e a transmissão segue seu caminho. Os grupos se organizam para a festa da moça nova e as mulheres que estão formando a jovem preparam a alimentação, bebidas (*pajuaru*) e enfeites tradicionais. Um grupo de homens pescadores e outro grupo de homens caçadores, todos com os mesmos objetivos para festa, saem para

realizar suas tarefas⁷. Os outros convidados/as da festa estão preparados para fazer cantorias e danças, ou seja, uma forma de agradecer aos espíritos e aos antepassados. É através das práticas tradicionais que alcançamos a coletividade, que devem ser contínuas e dinâmicas.

Com pandemia da covid-19, a coletividade é acionada pelos anciões e anciãs, sobretudo, para a sobrevivência da comunidade. A doença infecciosa causada pelo novo coronavírus é uma doença que veio somar com invasões e exploração de terras indígenas. Para Odeh e Odeh-Moreira (2021), conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), as pessoas adoecidas pela covid-19, em sua maioria, têm sintomas fracos e moderados e se recuperam sem a necessidade de tratamento médico. Ainda de acordo com Odeh e Odeh-Moreira, “indivíduos que possuem algumas pré-condições médicas, como problemas cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias crônicas e câncer, além do grupo de idosos, são mais propensos a desenvolver complicações sérias” (ODEH e ODEH-MOREIRA, 2021, p. 87).

Sobre a covid-19, Felipe (2021) acrescenta que, no momento da epidemia, a covid-19 foi levada aos territórios pelos não indígenas, novamente, mais uma violência que se replica como tantas outras ao longo dos séculos. Antes, eram outras doenças como varíola, sarampo, cólera, doenças pulmonares, como a pneumonia, a tuberculose e gripes em geral, o que quase deixou o povo Magütagü apenas descrito nas histórias. Esses adoecimentos têm se configurado como uma violência histórica e contínua em nossas vidas (FELIPE, 2021), como agora com o Marco Temporal⁸, que segue no

⁷ Cresci e vivi na comunidade Me'cürane até o momento em que saí para estudar. Assim, sei como o povo é e como as mulheres formadoras as ensinam na prática, como é respeitar a mãe terra, as plantas, como é tecer as redes de tucum, tipitis, peneiras, aturar, quem é quem dos/as convidados/as – sobre as famílias e as linhagens, ou seja, uma educação indígena Magüta tradicional. Entre os homens também é momento de ensinamento na prática da caça e pescaria, que deve haver respeito à água (lagos), à natureza e à terra/território.

⁸ Segundo a Agência Câmara de Notícias o “Marco Temporal é uma tese jurídica segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de

Supremo Tribunal Federal (STF) sem resolução, fragilizando a vida dos povos indígenas e revelando que não temos um minuto de paz sequer desde o contato.

De acordo com Felipe,

Não podemos deixar de destacar que, entre os povos indígenas do Brasil, as mortes pela COVID-19 nos enchem de tristeza e lamentação. Essas chegaram aos povos indígenas e atingiram os guardiões por excelência das florestas, os transmissores de conhecimentos ancestrais, os conselheiros que mantêm nossa luta pela proteção de nossas vidas e do território. É de conhecimento de todos que os povos indígenas são, historicamente, mais vulneráveis aos adoecimentos promovidos pelo mundo branco (FELIPE, 2021, p. 4).

A comunidade Me'cürane foi alcançada porque houve negacionismo com relação ao vírus e à doença, a covid-19. Poderia ter havido uma ação mais imediata das autoridades, mas não houve, o que é uma omissão do Estado para com os povos indígenas e todos os brasileiros. Segundo Felipe,

Não demorou muito para a pandemia Covid-19 chegar aos territórios dos indígenas Magütägü, localizado no município de Santo Antônio do Içá, região localizada a 800 km de distância da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas. Subindo o rio Amazonas, a pandemia alcançou o rio Solimões, espalhando-se rapidamente em vários municípios do baixo e alto rio Solimões bem como no rio Içá e se fez presente (FELIPE, 2021, p. 6).

Devido ao negacionismo da autoridade política maior do Brasil frente aos riscos reais à vida provocados pela pandemia da covid-19, se pensou que era impossível a chegada do vírus aos territórios indígenas, mas ele chegou e com força. Em dezembro de 2021, na minha segunda ida a campo, foi observada a presença de pessoas com sintomas e alguns com sintomas fortes. Acionamos os cuidados das medicinas tradicionais e, assim, conseguimos diminuir os sintomas e desacelerar o desenvolvimento da doença e até contê-la. No dia 5 de dezembro de 2022, duas famílias apresentavam pessoas com sintomas, quando uma anciã que conhecia o preparo de chá e outra que sabia o ritual

1988, data de promulgação da Constituição". Ver Agência Câmara de Notícias: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-qualis-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Nós sabemos que a história dos povos indígenas não começou em 1988 e muito menos em 1500. Ou seja, precisamos conhecer a história de cada povo, sobrevivente ao genocídio contínuo.

de defumação ajudaram a diminuir os sintomas. Após as práticas da defumação e o uso do chá, observou-se imediato resultado e diminuição dos sintomas do covid-19. Outro ponto observado na comunidade foi o de que quase não tinham testes para detectar a covid e a maioria das vezes eram usados para os profissionais de saúde, o que é um descaso com a comunidade. Sobre esse ponto, Felipe destaca o processo de organização em Me'cürane:

Entre os Magütagü da comunidade indígena Me'cürane (Vila Betânia), desde o começo da pandemia, teve início um processo de organização para nos cuidarmos e buscar caminhos para ter a atuação do governo ou políticas voltadas para os indígenas da região (FELIPE, 2021, p. 7).

Complemento a respeito dessa organização que foi exatamente pela mobilização do povo Magüta, das lideranças indígenas, dos professores indígenas, dos agentes de saúde indígenas, dos estudantes indígenas que são oriundos das comunidades indígenas Magüta, dos não indígenas apoiadores da questão indígena e dos órgãos competentes, que conseguimos superar a pandemia da covid-19.

Observamos durante o campo que também não houve uma campanha de conscientização contínua na comunidade pela equipe de saúde, a não ser pelos próprios parentes, lideranças e alguns agentes indígenas de saúde Magütagü. Sobre o enfrentamento da pandemia, a luta se estendeu ainda mais a outra frente, de acordo com a matéria de Schmidt:

No enfrentamento da pandemia, a luta se estende ainda para outra frente: a garantia de que todos os indígenas sejam vacinados. O Ministério da Saúde incluiu no Plano Nacional de Imunização somente os indígenas aldeados em terras homologadas. A Apib se viu obrigada a ingressar com ação no STF para garantir vacinação para todos (SCHMIDT, 2021, sem página).⁹

De acordo com Fernando Aith, “a plena efetivação do direito à saúde exige das sociedades democráticas esforços permanentes e bastante criatividade para enfrentar os enormes desafios sanitários impostos pelas realidades global, nacionais e locais”

⁹ Ver a reportagem da Steffanie Schmidt publicada no dia 23/03/2021 na Amazônia Real, disponível em: <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-no-amazonas-a-luta-contr-a-negligencia-do-estado/> Acesso em 09/06/2023.

(AITH, 2021, p. 15). Acrescento a este argumento que esses esforços permanentes são também dos povos indígenas e não apenas para os povos indígenas em terras homologadas, mas uma corrente de ação conjunta que reuniu movimentos sociais de indígenas nas cidades e nos territórios. Acrescenta Aith (2021, p. 15) que “mostra-se necessário um exercício profundo de reflexão para que se possam encontrar as melhores formas de efetivar o direito à saúde em Estados democráticos”. Nesse sentido, acredito que o momento vivido da covid-19 e das ações do último governo, levam a fazermos a nossa reflexão e analisar perspectivas indígenas e não indígenas em relação às violações de direitos indígenas.

Violações de direitos dos povos indígenas e suas repetições

Em um livro escrito por pesquisadores indígenas dos povos originários Baré, Baniwa, Karajá, Tupiniquim, Tupinambá, Tuxá e Tikuna e por pesquisadores não indígenas¹⁰ são trazidas reflexões a partir de um momento crucial, como afirmam Zema, Zelic e Moreira (2021).

O livro *Genocídio Indígena e Políticas Integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória* surge em um momento crucial da história política do Brasil, marcado por severos ataques contra a democracia e ameaças constantes aos direitos dos povos indígenas (ZEMA, ZELIC e MOREIRA, 2021, p. 13).

As violações de direitos que os povos indígenas, e inclusive o povo originário Magütagü – Tikuna, sofreram e sofrem desde os seus primeiros contatos de invasões de missões religiosas, madeireiros e outras frentes de contato se acirraram no governo Bolsonaro, como destacam na apresentação desse livro de Zema, Zelic e Moreira (2021).

O governo ataca os povos indígenas implementando políticas públicas que visam uma integração etnocida e genocida fartamente denunciada no período da ditadura militar. Todas essas ações têm como objetivo a exploração e a devastação de terras indígenas e, repetindo o passado, o

¹⁰ Marcelo Zelic (Coordenador do Armazém Memória), professora Dra. Ana Catarina Zema e professora Dra. Elaine Moreira (Coordenadora do Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas - OBIND/UnB).

genocídio dos povos indígenas no Brasil volta a ser matéria corrente na mídia nacional e internacional (ZEMA; ZELIC e MOREIRA, 2021, p. 13).

O povo Magütagü – Tikuna sofreu um grande massacre, denominado Massacre da “Boca do Capacete”, que semelhante ao caso dos Yanomami, Haximu, foi julgado como um genocídio. Esses são os únicos dois casos julgados dessa forma no Brasil: como genocídio contra os povos indígenas. Sobre esses casos, o procurador Luciano Mariz Maia afirmou:

A responsabilização do Estado brasileiro, em tais casos, se revela pela proteção insuficiente, não aparelhando suas agências a identificarem os problemas potenciais, nem agirem para a efetiva proteção territorial e das comunidades indígenas (SANTANA, 2019, sem página).

Esse massacre contra os Magüta ocorreu no dia 28 de março de 1988, quando as lideranças indígenas das comunidades Porto Espiritual, Porto Lima, Bom Pastor e São Leopoldo estavam reunidas para discutir assuntos das comunidades e sobre os territórios. Na época, lutaram durante 10 anos para garantirem a sua terra.

Nós, povos indígenas, lutamos pela vida e efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988. Mesmo sofrendo guerras intermináveis e contínuas, estamos aqui resistindo contra a violência que o Estado nega e não faz uma reparação histórica em favor das comunidades indígenas do Brasil. De acordo com pesquisador e professor Dr. Felipe Tuxá (2021),

O Movimento Indígena tem enfatizado nos últimos anos estratégias de combate à violência que pautam o seu caráter estrutural através de denúncias que dimensionam esse fenômeno no plano político e jurídico como um caso de genocídio. O que significa dizer que não estamos diante de eventos contingenciais onde a violência emerge eventualmente, em casos isolados de massacres ou chacinas, e sim de um plano arquitetado contínuo de obliteração da existência indígena (TUXÁ, 2021, p. 24-25)¹¹.

¹¹ Ver o livro Genocídio indígena e políticas integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória, na Introdução: Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil, escrita pelo indígena pesquisador e professor Dr. Felipe Tuxá, 2021, p. 24 e 25.

O pesquisador e professor Tuxá tem voltado seus esforços analíticos nos últimos anos para o estudo da violência contra os povos indígenas, estando convencido de que, em se tratando da história indígena no Brasil, a negação não é a exceção e, sim, a norma, o fato que institui todas as relações (TUXÁ, 2021). De fato, nós sabemos que essa negação dos indígenas é uma política de Estado. Ele ainda acrescenta que, “Todavia, nunca esteve em jogo na história do país apenas negar e apagar as existências indígenas” (TUXÁ, 2021, p. 26). Na análise e perspectiva de pesquisadoras indígenas do povo Tupiniquim e Tupinambá, com as quais estamos de acordo:

A violência dos colonizadores contra os povos indígenas e africanos não se limitou à escravização e desumanização de seus corpos. Desde os primeiros contatos com os colonizadores que a saúde indígena veio a ser prejudicada, pois junto com os portugueses vieram diversas doenças que serviram como estratégia de invasão e posse do território originário dos povos indígenas. Doenças essas desconhecidas por nós, indígenas, e que foram a causa de um grande processo de extermínio e genocídio dos povos (TUPINAMBÁ e TUPINIQUIM, 2021, p. 80)

Após anos e séculos de violências e genocídio indígena, sobreviveram apenas 305 povos indígenas, que ainda resistem. Segundo Povos Indígenas no Brasil (2019), “Atualmente, mais de 160 línguas e dialetos são falados pelos povos indígenas no Brasil”¹², línguas originárias sobreviventes.

Sobre o processo de adoecimento, as pesquisadoras Tupinambá e Tupiniquim alertam que “não podemos nos ater apenas ao aspecto biológico do processo de adoecimento. Quando voltamos nossa atenção para o processo epidêmico das populações indígenas brasileiras, podemos observar que as causas são mais políticas do que biológicas” (TUPINAMBÁ e TUPINIQUIM, 2021, p. 80). Como observamos nas reflexões do Tuxá, estamos alinhados em relação ao fato de que a negação, extermínio e o genocídio são uma política do Estado. Ainda segundo as indígenas pesquisadoras,

No caminho desenvolvimentista do Brasil nós, povos indígenas, somos as pedras que precisam ser retiradas e, para isso, o Estado utiliza de muitas

¹² Ver Povos Indígenas no Brasil, disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/L%C3%ADnguas>. Acesso em 09/06/2023.



ferramentas. Além das atrocidades documentadas por Arne Folk-Roone, a disseminação de doenças infectocontagiosas nos territórios, uma violência praticada, em sua grande maioria, sob o respaldo legal, por meio da política indigenista, também foi uma ferramenta no processo genocida (TUPINAMBÁ e TUPINIQUIM, 2021, p. 81).

Marcelo Zelic acrescenta às reflexões dos/as pesquisadores indígenas a discussão sobre a “emergência indígena”, decorrente da pandemia do coronavírus.

A “Emergência Indígena” decretada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em decorrência da pandemia da COVID 19 e dos ataques aos direitos indígenas traz nas denúncias das práticas do Governo Bolsonaro ações do passado retratadas pela CNV, em que o uso das doenças e seu controle ou não são determinados segundo interesses alheios a salvar as vidas indígenas e, em muitos casos, as epidemias são usadas como um bom momento para promover a expansão de políticas de integração nacional (ZELIC, 2021, p. 159).

Em relação à remoção forçada ou às transferências forçadas no passado recente, esses eram meios que o Estado usou para remover aldeias e povos dos lugares tradicionais que ocupavam. O Estado tinha interesse então para pensar e colocar em prática o “desenvolvimento” econômico do país. Isso não está preso somente ao passado, mas é uma ação contínua que se repete no presente, com os mesmos argumentos. Isso é o que está na análise e perspectiva do pesquisador Marcelo Zelic.

Continuando a análise do pesquisador, sobre o ciclo autoritário de desenvolvimento do país, afirma ele que:

Cada ciclo autoritário de desenvolvimento traz a marca da continuidade de práticas do passado, arraigadas na forma de agir da sociedade e do Estado brasileiro em sua relação com os povos indígenas e seus direitos, dando ao genocídio um caráter de “genocídio continuado” em busca de riqueza e terra. (ZELIC, 2021, p. 159)

Estamos em constantes lutas pelos nossos direitos, o que significa que estamos vivendo, como afirma Marcelo Zelic, um genocídio continuado, já que são constantes as denúncias sobre vários casos de genocídio e etnocídio e sobre as violações de direitos indígenas. Ainda segundo Zelic:

A omissão é um dos principais elementos da ação tutelar do Estado brasileiro ao longo de todo o século XX e tem raízes tão profundas no judiciário brasileiro que, mesmo depois de abolida a tutela do texto constitucional em 1988, segue presente por inércia, conivência ou alinhamento ao modelo de desenvolvimento genocida, fazendo-se presente em muitos dos julgados de suas instâncias, inclusive no Supremo Tribunal Federal (ZELIC, 2021, p. 162).

Desde os primórdios, digo que somos considerados sem civilização, sem alma ou sem economia, por estarmos “atrasando” o desenvolvimento do Brasil. E aqui pergunto: por que os ditos civilizados estão destruindo tudo o que veem e tocam? E por que os “selvagens” são aqueles que protegem a Mãe-Terra? A sociedade como todo tem que se alinhar e unir com os povos indígenas para travar o combate às mudanças climáticas. Sabemos que recursos financeiros, práticas desenvolvimentistas baseadas em lucro não irão nos salvar e temos de pensar nas futuras gerações e garantir o bem viver e coletividade como todo.

Outros exemplos das violações de direitos apareceram na pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em 2023. A pesquisa da Unicef, foi realizada nos municípios de Barra do Corda (MA), Oiapoque (AP), São Félix do Xingu (PA) e Tabatinga (AM). Em relação à violação de direito em Tabatinga, a Unicef:

Observou o desrespeito e o desconhecimento à legislação sobre a emissão do Registro de Nascimento Civil, negação do direito a crenças e práticas culturais – como colocar o nome indígena nas crianças –, a violência institucional e o forte preconceito contra a população indígena. Fazia-se assim um sub-registro que negava à criança o direito básico a um nome. E impedia os gestores de saberem o quantitativo de crianças precisam ter acesso à saúde, à educação e a outros direitos. Sem a certidão, as famílias não conseguiriam ter acesso ao salário-maternidade, aposentadoria ou Benefício da Prestação Continuada (ONU BRASIL, 2023, sem página)¹³.

As violações de direitos indígenas não são de agora e nem tão cedo irão acabar. Durante a pandemia, muitos dos territórios indígenas foram invadidos por não

¹³ Informações no site: <https://brasil.un.org/pt-br/64665-pesquisa-do-unicef-sobre-sub-registro-de-nascimento-aponta-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-de-povos>.

indígenas. Um exemplo disso é a invasão da TI Yanomami (GUIMARÃES, 2021). De acordo com o CIMI (2021):

Na TI Yanomami, onde é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros, os invasores devastam o território, provocam conflitos, praticam atos de violência contra os indígenas e, ainda, atuam como vetores do coronavírus – num território onde há também a presença de indígenas em isolamento voluntário (CIMI, 2021, sem página).

Este é mais um caso de invasões e violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil. Não foi diferente no que diz respeito à educação, não apenas com os povos indígenas, mas também com pessoas de classe baixa que têm acesso muito limitado à internet. Durante a pandemia, as comunidades indígenas Magüta fecharam as portas das escolas e seus membros se isolaram em suas residências para preservar a saúde. No entanto, para tentar resolver essa questão, o governo federal anunciou a distribuição de chips para os estudantes para algumas instituições de ensino superior, mas as escolas públicas e indígenas, por serem escolas municipais ou estaduais, não foram contempladas.

Vale ressaltar que, na comunidade indígena Me'cürane, aproximadamente 1.322 estudantes indígenas Magüta, que frequentam tanto escolas municipais quanto estaduais, enfrentam a falta de estrutura adequada, limitações de acesso à internet e recursos limitados. Quando a pandemia do coronavírus chegou, não houve outra opção senão fechar as portas, resultando na privação do direito a uma educação escolar indígena de qualidade.

Considerações finais

A pandemia do novo coronavírus que foi levada à Terra Indígena Betânia e demais territórios indígenas no Alto Solimões e a outros territórios espalhados no Brasil indígena. A maneira como o Estado brasileiro lidou com a pandemia só mostrou que o



que vivemos no passado estava se repetindo, ou seja, é uma guerra interminável contra os povos indígenas. Agora, por exemplo, já estamos vivendo outro ataque com o Projeto de Lei nº 490 (do Marco Legal), aprovado na Câmara dos Deputados, e aguardando apreciação do Senado - um projeto de lei inconstitucional. É de conhecimento de todos/as que os povos indígenas já estavam aqui, cada povo vivendo ao seu modo e cultura, nesse país chamado Brasil – indígena. É um PL que desconhece e não respeita a história dos povos indígenas. No STF, o futuro das terras indígenas está em jogo, ou seja, a tese abre brechas inconstitucionais à demarcação (MÍDIA NINJA, 2022).

É importante aqui destacar também a violação de direitos indígenas, sobretudo, à educação escolar indígena. Enquanto se anunciava a distribuição de chips de celular em alguns lugares do país para fazer aulas remotas, ficamos pensando nas comunidades indígenas que nem energia têm e mesmo nas comunidades indígenas que têm energia, nem sequer têm acesso às redes das operadoras, e isso não é uma novidade no Alto Solimões. Nem sequer os professores têm aparelhos eletrônicos, as escolas, por exemplo, na comunidade Me'cürane, fecharam as portas, pois não tinham e não têm uma estrutura que suporte tal situação. Os professores/as apenas lançavam as atividades para os estudantes para não perderem os anos de estudos. Mesmo os que estavam na cidade tinham dificuldades de acompanhar devido ao novo formato que é mexer com tecnologias (informática), pois poucos têm conhecimento sobre essas técnicas e, imaginem agora os indígenas – e os Magütagü.

A luta dos povos indígenas não começou agora. Temos muitos parceiros que estão somando à causa indígena que é de todos nós, povos indígenas e não indígenas brasileiros. Vejo essa união dos povos indígenas com os parceiros não indígenas como coletividade. Mesmo tendo vivenciado inúmeros e incontáveis atos de violência contra nós, povos indígenas, ainda continuamos aqui, resistindo e continuaremos essa luta,



não somente por nós, povos indígenas, mas para todas as pessoas que vivem no Brasil e no mundo.

Referências

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **O que é marco temporal e quais são os argumentos favoráveis e contrários**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/966618-o-que-e-marco-temporal-e-quais-os-argumentos-favoraveis-e-contrarios/>. Acesso em 26/06/2023.
- AITH, F. Afirmação histórica do direito à saúde e os desafios para sua efetivação nos estados do século XXI. In: SANTOS, A. O.; LOPES, L. T. (Org.) **Reflexões e Futuro**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021.
- BANIWA, B. *et al.*. **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. Totemismo Tukúna. In: **Enigmas e Soluções**: exercícios de etnologia e de crítica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.
- CIMI. **Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinato de indígenas aumentaram em 2020**. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/10/relatorioviolencia2020/#:~:text=Na%20TI%20Ya%20nomami%2C%20onde%20%C3%A9,de%20ind%C3%ADgenas%20em%20isolamento%20volunt%C3%A1rio>. Acesso em 16/05/2024.
- FELIPE, I. C. **Aqui nós, Magütagü, nascemos e (re)existimos**: aspecto histórico das invasões no Alto Rio Solimões, Amazonas. 2021. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.



- FELIPE, I. C. A covid-19 entre os Magütagü da Amazônia. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 16, n. 2, 2021, p. 1-20.
- GUIMARÃES, S. O povo indígena Sanöma/Yanomami e a trilha de adoecimentos na pandemia da covid-19. **Espaço Ameríndio (UFRGS)**, v. 15, 2021, p. 16-37.
- MIDÍA NINJA. Eloy Terena: **O futuro das Terras Indígenas em jogo**, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/eloy-terena-o-futuro-das-terras-indigenas-em-jogo/>. Acesso em 10/06/2023.
- ONU BRASIL. Pesquisa do UNICEF sobre sub-registro de nascimento aponta violação de direitos de povos indígenas, 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/64665-pesquisa-do-unicef-sobre-sub-registro-de-nascimento-aponta-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-de-povos>. Acesso em: 16/05/2024.
- ODEH, M. M. e ODEH-MOREIRA, J. A pandemia de covid-19 no Brasil: consequências de um novo futuro para a sociedade brasileira *In*: SANTOS, A. O.; LOPES, L. T. (Org.) **Reflexões e Futuro**. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021.
- PACHECO DE OLIVEIRA, J. **“O nosso governo”**. Os ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- TUXÁ, F. S. Negacionismo histórico e genocídio indígena no Brasil. *In*: BANIWA, B. *et al.*. **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.
- TUPINAMBÁ, J.; TUPINIQUIM, D. A história se repete: genocídio indígena por doenças do Karaíba. *In*: BANIWA, B. *et al.*. **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.
- SANTANA, R. 5 de Outubro de 1988 não é marco de remoção de direitos dos índios, mas de consolidação, diz vice-procurador na ONU, 2019. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2019/04/5-de-outubro-de-1988-nao-e-marco-de-remocao-de-direitos-dos-indios-mas-de-consolidacao-diz-vice-procurador-na-onu/>.

SCHMIDT, S.. Um ano de pandemia: no Amazonas, a luta contra a negligência do Estado. *Amazônia Real*, 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-no-amazonas-a-luta-contr-a-negligencia-do-estado/>. Acesso em 09/06/2023.

ZELIC, Marcelo. Brasil, um país em interdito. Povos indígenas, reparação e mecanismos de não repetição. In: BANIWA, B. *et al.*. **Genocídio indígena e políticas integracionistas**: demarcando a escrita no campo da memória. São Paulo: Instituto de Políticas Relacionais, 2021.